

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202103/0946

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Órgão/Serviço

Estado: Activa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Órgão / Serviço: Câmara Municipal de Alpiarça

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única € 1.205,08

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Procedimento concursal B - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Animação Cultural e Educação Comunitária: desenvolve funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica na área sociocultural e comunitária, que fundamentam e preparam a decisão; presta apoio técnico à comunidade, grupos e indivíduos, em ordem à melhoria das suas condições de vida; participa na prospeção, estudo e avaliação de planos de promoção social e comunitária e estudos sobre a caracterização do meio social; realiza atividades assentes na prática socioeducativa e pedagógica, em contexto de intervenção social, cultural e educacional, fomentando a aprendizagem permanente, bem como a minimização e resolução de problemas; acompanha processos de socialização e inserção de alunos e comunidade educativa, reforçando as suas competências pessoais, sociais e profissionais; identifica necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole educativa e recreativa; organiza programas de mentoria e parentalidade positiva, bem como atividades de animação e desenvolvimento de grupos de alunos e da comunidade escolar, promovendo ainda programas de meditação, mindfulness, educação pela arte e pela natureza;

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: Despacho n.º 2583 de 22/02/2021 do Vereador do pelouro dos Recursos Humanos ao abrigo do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adiante designada por LTFP, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º e com o artigo 11.º da Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Ciências da Educação Formação de Professores	Ciências de Educação	Outros

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Alpiarça	Rua José Relvas, 374		2090106 ALPIARÇA	Santarém	Alpiarça

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recursoshumanos@cm-alpiarca.pt

Contacto: 243559100

Data Publicitação: 2021-03-31

Data Limite: 2021-04-15

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª série n.º 63 - Aviso n.º 6113/2021 de 31 de Março de 2021

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira/categoria de técnico superior Nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adiante designada por LTFP, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º e com o artigo 11.º da Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro, torna-se público que se encontram abertos, pelo prazo de dez (10) dias úteis, a contar da publicação do respetivo aviso na 2.ª série do Diário da República, os seguintes procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de técnico superior: 1 – Identificação e caracterização dos postos de trabalho – Os postos de trabalho encontram-se previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2021 e têm por objeto o exercício das funções genéricas inerentes ao conteúdo funcional da respetiva carreira/categoria de técnico superior: 1.1 - Procedimento concursal A - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Economia: desenvolve funções consultivas, de estudo,

planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica na área da economia, que fundamentam e preparam a decisão; dinamiza e coordena parcerias com entidades ou organismos, com vista ao empreendedorismo e apoio ao investimento e empresas; elabora pareceres, promove e acompanha projetos conducentes à definição de políticas do Município na área das finanças, nomeadamente, o desenvolvimento de procedimentos de contabilidade e controlo de gestão, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos em vigor; assume a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscal; verifica a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; 1.2 - Procedimento concursal B - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Animação Cultural e Educação Comunitária: desenvolve funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica na área sociocultural e comunitária, que fundamentam e preparam a decisão; presta apoio técnico à comunidade, grupos e indivíduos, em ordem à melhoria das suas condições de vida; participa na prospeção, estudo e avaliação de planos de promoção social e comunitária e estudos sobre a caracterização do meio social; realiza atividades assentes na prática socioeducativa e pedagógica, em contexto de intervenção social, cultural e educacional, fomentando a aprendizagem permanente, bem como a minimização e resolução de problemas; acompanha processos de socialização e inserção de alunos e comunidade educativa, reforçando as suas competências pessoais, sociais e profissionais; identifica necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole educativa e recreativa; organiza programas de mentoria e parentalidade positiva, bem como atividades de animação e desenvolvimento de grupos de alunos e da comunidade escolar, promovendo ainda programas de meditação, mindfulness, educação pela arte e pela natureza; 1.3 - Procedimento concursal C - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Psicologia Clínica: desenvolve funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica na área da psicologia, que fundamentam e preparam a decisão; realiza atividades na área da psicologia clínica, colaborando com a área dos recursos humanos (no âmbito do recrutamento e seleção) e com às áreas da ação social e da educação, intervindo na escola, nas famílias dos alunos e na comunidade em geral; identifica e resolve problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteta necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente em casos de insucesso escolar; identifica necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole educativa e recreativa; organiza programas de mentoria e parentalidade positiva, assim como atividades no âmbito da inteligência emocional e coaching para o empreendedorismo; Nota: A descrição das funções em referência não prejudica a atribuição aos trabalhadores de funções não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. 2 – Dispensa de consulta ao INA: De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, "As autarquias locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação". 3 - Legislação aplicável: Aos presentes procedimentos concursais são aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 10/2021, de 1 de fevereiro. 4 - Local de trabalho - Área geográfica do Concelho de Alpiarça. 5 - Determinação do posicionamento remuneratório: Nos termos do disposto no artigo 38.º da LTFP, a determinação do posicionamento remuneratório será objeto de negociação com a entidade empregadora pública, sendo a posição remuneratória de referência a prevista na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única (€ 1.205,08). 6 – Requisitos de admissão: 6.1 - Requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP: a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. Os candidatos devem reunir os

requisitos de admissão até à data limite para apresentação das respetivas candidaturas; 6.2 - Habilitações literárias exigidas (artigo 34.º da LTFP): a) Procedimento concursal A – Licenciatura em Economia; b) Procedimento concursal B – Licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária; c) Procedimento concursal C – Licenciatura em Psicologia – especialização em Psicologia Clínica; Nota: Não é permitida a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. 7 - Forma, prazo e local para apresentação das candidaturas: 7.1 - Forma: As candidaturas devem ser formalizadas sob pena de exclusão, mediante o preenchimento integral do formulário tipo de utilização obrigatória, que se encontra disponível na página eletrónica da Câmara Municipal em www.cm-alpiarca.pt, nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro; 7.2 - Prazo: O prazo de entrega para as candidaturas é de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do aviso no Diário da República, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro; 7.3 - Local: As candidaturas deverão ser formalizadas por via eletrónica, para o endereço recursoshumanos@cm-alpiarca.pt. Não serão aceites candidaturas enviadas em suporte de papel. 8 – Formalização das candidaturas: 8.1. - A apresentação das candidaturas deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125 – A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro dos documentos comprovativos da posse dos requisitos de admissão: a) Curriculum Vitae detalhado do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerceu, bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas; b) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas; c) Documentos comprovativos das ações de formação profissional finalizadas; d) Declaração/cópia emitida pelo serviço público de origem da qual conste: a modalidade da relação jurídica de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, as últimas três menções de avaliação de desempenho (caso existam) e a identificação da carreira/categoria em que se encontra inserido, com a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos (documento apenas aplicável a trabalhadores detentores de contrato em funções públicas); e) Documento comprovativo da inscrição como membro da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Procedimento concursal C – Licenciatura em Psicologia – especialização em Psicologia Clínica); 8.2 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei; 8.3 - É dispensada a apresentação dos certificados e comprovativos aos trabalhadores do Município de Alpiarça, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual; 8.4 – Com as suas candidaturas os candidatos deverão apresentar, ainda, declaração de consentimento para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de acordo com o modelo disponível na página eletrónica da Câmara Municipal em www.cm-alpiarca.pt; 8.5 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 9 – Métodos de seleção - A legislação sobre a qual versará a prova de conhecimentos, bem como os critérios de avaliação, o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, e os critérios de preferência, sempre que subsistir igualdade de classificação após a aplicação dos critérios legalmente estabelecidos, são os que constam da ata n.º 1 do júri dos procedimentos: a) Nos termos do artigo 36.º da LTFP e do artigo 5.º da Portaria n.º 125- A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, os métodos de seleção serão: - Prova de Conhecimentos (PC) 45%; - Avaliação Psicológica (AP) 25%; - Entrevista Profissional de Seleção (EPS) 30%. b) Para os candidatos que estejam a cumprir ou executar competência ou atividades idênticas às do procedimento publicitado, os métodos de seleção serão: - Avaliação Curricular (AC) 45%; - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) 25%; - Entrevista Profissional de Seleção (EPS) 30%; 10 – Composição do júri: 10.1 - Procedimento concursal A - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Economia: Presidente: João Pedro Costa Arraiolos, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vogais Efetivos: Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica Financeira e Teresa Paula Lourenço Leocádio, Técnica Superior (Recursos Humanos); Vogais Suplentes: Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos e Bruno Alexandre Carvalho Nalha, Técnico Superior (Gestão de Empresas); 10.2 - Procedimento concursal B - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Animação Cultural e

Educação Comunitária: Presidente João Pedro Costa Arraiolos, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vogais Efetivos Rita Susana Martinho Hipólito, Técnica Superior (Gabinete de Educação) e Miguel Coutinho Moita, Técnico Superior (Gabinete de Ação Social); Vogais Suplentes: Ricardo Lino Gomes Luciano, Técnico Superior (Recursos Humanos) e Dora João Duarte Cardoso Baptista, Técnica Superior (Marketing e Publicidade); 10.3 - Procedimento concursal C - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Psicologia Clínica: Presidente João Pedro Costa Arraiolos, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vogais Efetivos Ricardo Lino Gomes Luciano, Técnico Superior (Psicologia) e Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos; Vogais Suplentes: Rita Susana Martinho Hipólito, Técnica Superior (Ensino Básico) e Dora João Duarte Cardoso Baptista, Técnica Superior (Marketing e Publicidade); 11 - Lista unitária de ordenação final: A lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal e disponibilizada na sua página eletrónica; 12 – Preferências: 12.1 - Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Para efeitos de admissão ao procedimento, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar nos métodos de seleção; 12.2 – Nos termos do disposto nos artigos 66.º da LTFP, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 125- A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, o trabalhador contratado a termo, tem preferência na lista de ordenação final dos candidatos em caso de igualdade de classificação. 13 – Publicitação: Em cumprimento do disposto no artigo 33.º da LTFP e no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125- A/2019 de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, os presentes procedimentos concursais serão publicitados: a) Na 2.ª série do Diário da República por extrato; b) Na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt); c) Na página eletrónica do Município de Alpiarça, por extrato, a partir da data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP). 14 - Acesso ao emprego e progressão profissional: Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total Com Auxílio da BEP:		